

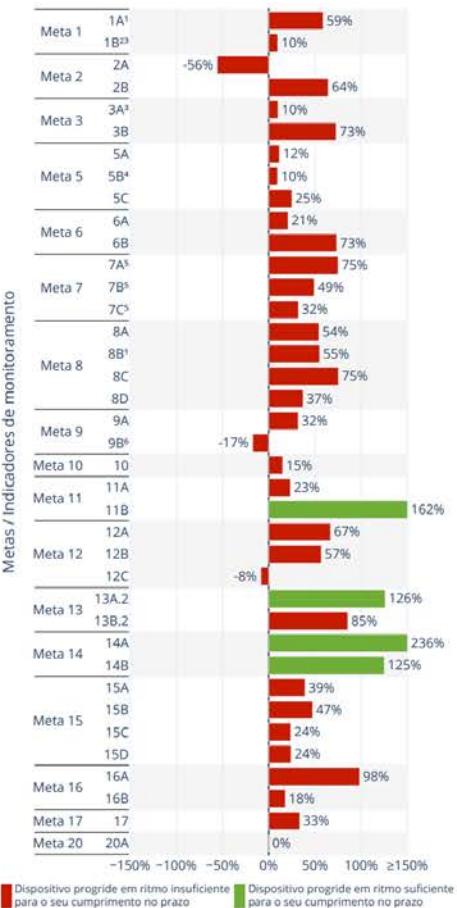
Desafios e caminhos para o novo Plano Nacional de Educação

Comitê Capixaba da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Indicador de progresso nos dispositivos do PNE

Não cumpridas – 90%
 Em retrocesso – 13%
 Lacuna de dados – 35%
 Parcialmente cumpridas – 10%

Progresso no cumprimento das metas do PNE



Disp.	Título do indicador
IA ¹	% de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola/creche
IB ²³	% de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola/creche
2A	% da pop. de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o E.F.
2B	% da população de 16 anos com o E. Fundamental concluído
3A ³	% da pop. de 15 a 17 anos que freq. ou já concluiu a ed. básica
3B	% da pop. de 15 a 17 anos que freq. ou já concluiu o EM
5A	% de crianças do 3º EF com proficiência adequada em leitura
5B ⁴	% de crianças do 3º EF com proficiência adequada em escrita
5C	% de crianças do 3º EF com proficiência adeq. em matemática
6A	% de escolas públicas com oferta de ed. em tempo integral
6B	% de alunos do público alvo atendidos em tempo integral
7A ⁵	Ideb - Anos Iniciais
7B ⁵	Ideb - Anos Finais
7C ⁵	Ideb - Ensino Médio
8A	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Campo
8B ¹	Esc. média da população de 18 a 29 anos - 25% mais pobres
8C	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Nordeste
8D	Esc. média da população negra de 18 a 29 anos vs não-negros
9A	Porcentagem de pessoas que declaram saber ler e escrever
9B ⁶	Taxa de analfabetismo funcional na população de 15 a 64 anos
10	% de matrículas de EJA Integradas à educação profissional
IIA	Expansão nas matrículas em EPTNM em relação a 2013
IIB	Participação da rede pública na expansão das matrículas na EPTNM
12A	População que frequenta ou já concluiu graduação em relação à população de 18 a 24 anos
12B	% da pop. de 18 a 24 anos que freq. ou já concluiu graduação
12C	Participação da rede pública na expansão das matrículas no Ensino Superior
13A.2	% de docentes no Ensino Superior com mestrado ou doutorado - rede privada
13B.2	% de docentes no Ensino Superior com doutorado - rede privada
14A	Número de mestres titulados
14B	Número de doutores titulados
15A	Prop. de docências com formação adequada - Ensino Infantil
15B	Prop. de docências com formação adequada - Anos Iniciais
15C	Prop. de docências com formação adequada - Anos Finais
15D	Prop. de docências com formação adequada - Ensino Médio
16A	% de professores da educação básica com pós-graduação
16B	% de profs. da ed. básica com cursos de formação continuada
17	Rendimento médio dos professores, como proporção do rendimento dos demais profissionais de nível superior (2013)
20A	Gasto público em educação pública, em proporção do PIB

Nota: As metas 4, 18 e 19 não foram incluídas por não possuirem indicadores com os requisitos de cálculo. Ver notas metodológicas. Notas indexadas: 1) Não há dados da Pnad Contínua para 2014 e 2015. Ano de 2016 adotado como ponto inicial; 2) Dados da Pnad anual, foram comparados aos da Pnad contínua para o cálculo, apesar de não serem diretamente comparáveis; 3) Prazo em 2016; 4) Resultados de 2016 e 2014 foram comparados, apesar de não serem diretamente comparáveis; 5) Não há Ideb para 2014. Ano de 2013 adotado como ponto inicial; 6) Não há Inaf para 2014. Ano de 2015 adotado como ponto inicial.

Descrição e análise do indicador

Com o objetivo de obter um panorama do descumprimento das metas monitoradas neste Balanço do Plano Nacional de Educação, foi elaborado o Indicador de progresso no cumprimento dos dispositivos do PNE. O indicador consiste na comparação da variação média observada desde o início do PNE com a variação média necessária ao seu cumprimento no prazo. Essas variações são as mesmas apresentadas em barras horizontais junto a cada indicador de meta neste balanço. Valores inferiores a 100% indicam tendência de não cumprimento no prazo e estão em vermelho no gráfico, enquanto valores iguais a 100% ou maiores indicam tendência de cumprimento no prazo e estão em verde.

Tomemos como exemplo o indicador do dispositivo 3B, Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou possui Educação Básica completa. Esse indicador era igual a 66,7% em 2014, enquanto o plano determina, após sua extensão, que em 2025 esteja no nível de 85%. Assim, ele deve avançar 18,3 pontos percentuais entre 2014 e 2025, ou uma média de 1,66 p.p. ao ano. Porém, entre 2014 e 2024, o avanço foi de 12,1 p.p., uma média de 1,21 p.p. ao ano. Dividindo-se 1,2 por 1,66, temos que a velocidade de avanço tem sido 73% daquela necessária ao cumprimento.

Ao fornecer um panorama dos dispositivos do Plano Nacional de Educação, o indicador de progresso denuncia o seu descumprimento, fruto de seu abandono político em prol de projetos da preferência de muitos dos governos incumbentes nas esferas federal, estadual e municipal. Dos indicadores de meta mensurados, pouquíssimos têm perspectiva de atingir seus respectivos objetivos ao final de seus respectivos prazos. Mesmo entre esses casos positivos, alguns estão nessa situação não por terem recebido atenção adequada em forma de políticas públicas e financiamento, mas sim por possuírem objetivos pouco ambiciosos em termos de uma educação de qualidade, como é o caso dos indicadores da meta 13. No restante do Plano, prevalecem avanços muito aquém do necessário.

Progresso no cumprimento das estratégias do PNE



■ Dispositivo progride em ritmo insuficiente para o seu cumprimento no prazo ■ Dispositivo progride em ritmo suficiente para o seu cumprimento no prazo

Disp.	Título do indicador
I.2 ¹	
I.8A	Porcentagem de docências da educação infantil com formação adequada à etapa
I.8B	Porcentagem de docentes da educação infantil com formação continuada
I.8C	Porcentagem de docências da educação infantil com ensino superior
I.17	
4.6A	Percentual de escolas públicas com banheiro acessível
4.6B	Percentual de escolas públicas com dependências e vias acessíveis
7.II ²³	Média dos resultados em matemática, leitura e ciências dos alunos brasileiros no PISA
7.15 ⁴	Taxa de escolas com acesso em banda larga à internet
7.18	Percentual de itens de infraestrutura presentes nas escolas públicas
7.20	SSPercentual de recursos presentes nas escolas públicas
I3.8A ⁴	Porcentagem de áreas de formação profissional com mais de 60% dos alunos com nota geral acima de 60 no ENADE
I3.8B	Porcentagem de áreas de formação profissional com mais de 75% dos alunos com nota geral acima de 75 no ENADE
I8.1A ⁵	Porcentagem de docentes ocupantes de cargos de provimento efetivo

Notas indexadas: 1) Não há dados da Pnad Contínua para 2014 e 2015. Ano de 2016 adotado como ponto inicial; 2) 2012 adotado como ponto inicial; 3) Prazo em 2022; 4) Prazo em 2019; 5) Prazo em 2016

Pela comparação entre os indicadores de progresso para todos os objetivos de estratégias que são mensurados de forma quantitativa, temos que os casos mais graves são os da frequência ao ensino fundamental na idade adequada, causada pela frequência de algumas crianças da faixa etária à educação infantil; o da aumento no analfabetismo funcional, segundo dados do Inaf de 2018; o da leve queda na média nacional no PISA de 2022 em relação a 2012; e o da precarização cada vez maior dos contratos dos professores. Nesses casos tem havido retrocesso, ou seja, os indicadores de monitoramento desses dispositivos evoluíram em sentido contrário ao que deveriam, de forma que a perspectiva de cumprimento de seus objetivos ao fim do Plano seja praticamente nula. Estes e os outros objetivos não cumpridos serão legados negativos para o Plano seguinte, limitando o horizonte de onde se pode chegar. Essas são situações gravíssimas que precisam receber mais atenção.

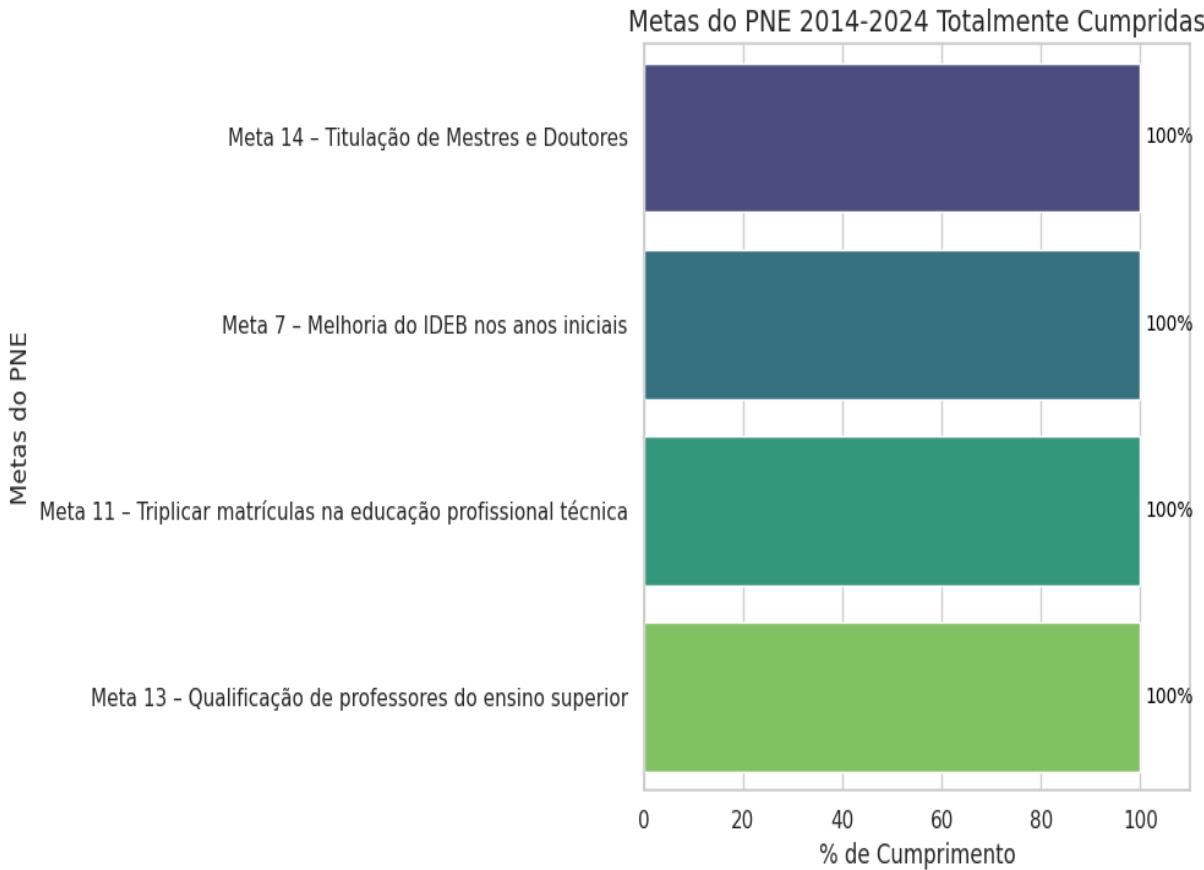
Retrocessos no PNE 2024



Metas com progresso moderado:

- **Meta 7A – IDEB Anos Iniciais:** avanço em leitura e matemática, mas abaixo da meta.
- **Meta 11 – Educação Profissional:** crescimento nas matrículas, porém desigual.
- **Meta 13 – Formação Docente no Ensino Superior:** aumento de mestres e doutores, especialmente na rede privada.
- **Meta 14 – Titulação de Mestres e Doutores:** crescimento técnico, mas concentrado em poucas áreas.
- **Meta 16A – Pós-graduação de Professores da Educação Básica:** avanço relevante, mas ainda limitado.

Há sementes de progresso — o novo PNE precisa regá-las com políticas públicas consistentes.



Por quê?

A vigência do PNE tem sido marcada pelo **descompasso da economia com a educação** (CARA, 2019) e pela **austeridade fiscal** que se aprofundou na última década e não saiu de cena desde a aprovação da EC 95/2016 do Teto de Gastos, comprometendo de maneira crítica os recursos da educação, juntamente com as **ações na contramão do Plano**, de acordo com a Campanha, inclusive **restrições ao espaço cívico e à gestão democrática da educação**.

O Tribunal de Contas da União avalia em seu relatório de 2018 que **as responsabilidades pelos diversos compromissos elencados no PNE “não estão claramente definidas e formalizadas**, prejudicando a efetivação do Plano”. Para que esse quadro seja superado, indicam a necessidade de “**implantação do Sistema Nacional de Educação** e o efetivo funcionamento das instâncias de negociação e cooperação federativa”. Ainda, o TCU, afirma que

A organização do sistema de ensino no Brasil está amparada em complexo **arranjo federativo**, que, por um lado, assegura a autonomia dos entes e, por outro, requer a articulação e cooperação entre eles. Todavia, essa atuação integrada não é simples de ser alcançada, e o que se observa historicamente no país é o contrário. Tal cenário leva à **descontinuidade de políticas, perda de eficácia** dos programas governamentais, **escassez de recursos e ineficiência dos gastos** com educação. A solução para esses problemas começa pelo planejamento coeso dos entes. É nesse contexto que se insere o Plano Nacional de Educação – PNE. (TCU, 2018, p. 1)

Por fim, à época da elaboração do relatório do TCU (2018), o órgão afirmou que a **ausência de compatibilização entre as leis de diretrizes orçamentárias e o Plano Nacional de Educação**, demonstrada em vetos de dispositivos que buscam priorizar a efetivação do referido Plano, afronta o art. 10 da Lei 13.005/2014 e gera risco ao cumprimento das diretrizes, metas e estratégias do PNE”, situação que segue se repetindo. O relatório 2022 do Inep segue a mesma indicação sobre a necessidade de implementação do SNE e projeta efeitos da pandemia de Covid-19 na educação:

Mais do que produzir impactos nas estatísticas educacionais, a **pandemia tem afetado sobremaneira a qualidade e o direito à educação**. O fechamento de escolas, a adoção urgente de novas formas de ensino, a interrupção de projetos em curso e a restrição do convívio comunitário e social são alguns dos aspectos trazidos pela pandemia ao campo educacional. Eles **ocorreram em um cenário que já comportava inúmeras desigualdades** no tocante ao acesso, à **conclusão, ao aprendizado, ao nível socioeconômico, à infraestrutura e às oportunidades de ensino**. A pandemia pode ter **aprofundado os hiatos** que já cindiam a educação nacional, em que pesem os avanços das últimas décadas, e adiciona desafios (...) (Inep, 2022, p. 12)

FINANCIAMENTO

PL DO NOVO PNE APRESENTA AVANÇOS EM EQUIDADE E DÁ PRIMEIRO PASSO EM FINANCIAMENTO, MAS PRECISA DE MELHORIAS ESTRUTURAIS E TRAZ TAMBÉM RETROCESSOS

Embora represente uma vitória da sociedade civil ao manter o patamar de 10% do PIB para a educação, vinculado ao CAQ, PL nº 2.614/2024 precisa sinalizar como será a articulação da política educacional com planos de desenvolvimento econômico e social

1 de julho de 2024 às 11:13



Vamos construir um plano novo



ETAPA NACIONAL
CONAE 2024
Conferência Nacional de Educação



“O novo Plano Nacional de Educação, o PL 2614/2024, representa um avanço significativo. A equidade passa a ser um princípio transversal, ou seja, está presente em todas as metas e estratégias. Além disso, o vínculo com o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) fortalece o financiamento justo e adequado para garantir uma educação de qualidade para todos. São conquistas que precisamos valorizar e defender.”

Vamos construir um plano novo

1. É preciso reconhecer que:

- o PL apresenta avanços ao trazer uma **perspectiva mais transversal de explicitação da igualdade e equidade ao longo das metas** - ainda que não seja específico o suficiente em diversas delas;
- já mantém o patamar de investimentos previsto para a educação no decênio de **10% do Produto Interno Bruto, vinculado ao Custo Aluno-Qualidade (CAQ)**;

Vamos construir um plano novo

2. HÁ RETROCESSOS EM RELAÇÃO AO PNE ATUAL!

- No entanto, esta proposição ainda necessita de substantivas melhorias estruturais e específicas. A primeira delaS é uma **perspectiva de direito mais aprofundada**. Ainda, de forma estrutural, o novo Plano Nacional de Educação precisa sinalizar, em suas disposições preliminares, diretrizes e objetivos (capítulos I, II e II), a **necessidade de articulação da política educacional a planos de desenvolvimento econômico e social que viabilizem a realização dos objetivos, metas e estratégias** neles anunciadas, o que esta proposição, advinda do Ministério da Educação, não contempla.
- Para tal realização, é necessária ainda uma previsão de **avaliação institucional e estrutural das políticas**, extensamente debatida e referenciada no texto da Conae 2024 - como a exemplo pela **regulação e implementação do Sistema Nacional da Avaliação da Educação Básica (Sinaeb)** - e muito mais ampla do que a perspectiva restrita à aprendizagem, que consta em peso nesta nova proposta.

Vamos construir um plano novo

- É preciso **ousar não somente nos percentuais propostos de alcance** de uma série de objetivos e metas, como em **acelerar seus prazos**, dado que chegamos ao final do decênio do PNE 2014-2024 com um avassalador descumprimento, que **precisa e deve ser recuperado**, dado o impacto negativo sistêmico sentido não somente na violação de direitos como também em nosso desenvolvimento socioeconômico e sustentável.
- Neste aspecto, **falta também uma ousada política de educação para a justiça climática e para a proteção socioambiental** que discuta, ensine e produza conhecimento, ciência e tecnologia sobre renovação matrizes energéticas, meios produtivos, consumo de bens e serviços e preservação e organização dos espaços sociais (territórios); que dinamize o ciclo econômico; e, associada a uma política de renda básica de cidadania e proteção e valorização do trabalho e do trabalhador, que crie frentes de oportunidades e expectativas sobre os processos de formação escolar.

Vamos construir um plano novo

• **A garantia do direito à educação de todos e o esforço pela educação escolar do país fica restrito quando não associado ao futuro do trabalho**, tornando a relação educação e trabalho excludente, pois cria uma injusta **competição entre decidir estudar ou arrumar uma forma de sobrevivência**, geralmente marcada pelo subemprego ou o trabalho análogo à escravidão. Nesse sentido, no projeto de lei apresentado, a única menção a criação de condições para que esta cruel competição não ocorra, está na estratégia da EJA (10.5, referente a compatibilização de jornada de trabalho), com proposição absolutamente insuficiente. **Objetivo ref a EPT está privatizante e precarizador da modalidade!**

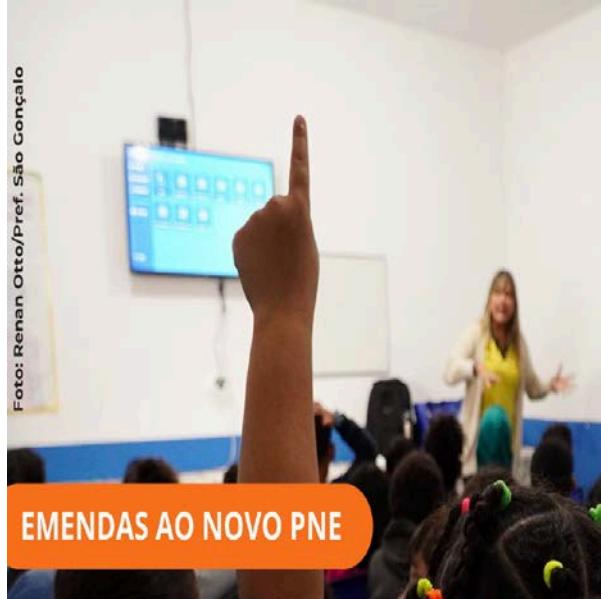
• Também chama atenção no plano **o apagamento e a invisibilização da discriminação pelas questões de gênero e orientação sexual**, da formação para a proteção e inclusão desses grupos sociais, e da proteção e promoção de políticas para **pessoas em situação de migração e refúgio**.

Vamos construir um plano novo

Ainda, nota-se, ainda, a falta de pensamento estratégico na articulação intersetorial da educação com a cultura, artes e esportes e na vinculação da formação escolar com a proteção ao direito à alimentação adequada, à saúde e a um ambiente social e ecologicamente saudável, todos desafios sociais inadiáveis e interligados com a **Educação em Direitos Humanos (EDH)** e a **educação popular**, que deveria ter mais centralidade também, dado que há proposição específica da Conae sobre o tema.

Por fim, o **adiamento da meta intermediária de financiamento para o 6º ano é preocupante**. O indicador de gasto *per capita* por estudante como percentual do PIB equivalente à média da OCDE não é ideal, pois depende de variáveis contextuais. A sugestão de atingir o **Custo Aluno-Qualidade Inicial no terceiro ano**, com possibilidade de comparação com a média de gasto por aluno em dólar PPP até o quinto ano, é mais apropriada para a educação básica.

Conheça as emendas:
campanha.org.br



Recuperar metas estagnadas,
fortalecer a gestão democrática
e melhorar qualidade, inclusão
e financiamento:

Campanha contribui com
sugestões de emendas ao novo
Plano Nacional de Educação

Críticas aos Retrocessos do PNE e ao PL 2614/2024

Análise dos principais riscos e omissões no novo plano

Descontinuidade e Falta de Responsabilização

- Apenas 4 das 20 metas foram parcialmente cumpridas (2014–2024);
- Ausência de mecanismos legais para responsabilizar gestores;
- Participação social ainda limitada.

Vamos construir um plano novo

Financiamento Frágil e Flexibilizado

- Meta de 7% do PIB adiada do 5º para o 6º ano;
- Texto vago sobre o CAQi;
- Recursos públicos disputados com setor privado.

Precarização do Trabalho Docente

- Omissão sobre concursos públicos;
- Contratos temporários e terceirizações continuam;
- Impacto direto na ~~valorização~~ da carreira docente

Vamos construir um plano novo

Omissão sobre Justiça Social

- Ausência de políticas para grupos vulneráveis
- Falta de articulação com cultura, saúde, alimentação e meio ambiente

Risco de Rebaixamento das Metas

- Metas genéricas podem mascarar descumprimentos
- Redução do potencial transformador da educação

Vamos construir um plano novo

"O novo PNE precisa ser mais do que uma lista de intenções. Sem financiamento robusto, mecanismos de responsabilização e compromisso com a justiça social, corremos o risco de repetir os retrocessos da última década. O plano deve ser ousado, claro e comprometido com a transformação real da educação brasileira."

Vamos construir um plano novo

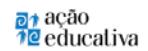
Caminhos possíveis para o Espírito Santo

- Fortalecer fóruns e conselhos de educação;
- Garantir intersetorialidade com saúde, cultura e assistência;
- diminuir o numero de contratados através da realização de concurso publico;
- Lutar pela implementação do SNE.

Vamos construir um plano novo

Caderno de Emendas ao Projeto de
Lei 2614/2024, enviado pelo Ministério
da Educação para o Congresso
Nacional sobre o novo Plano
Nacional de Educação

Edição 1 - 29 de abril de 2025



Articulação contra o
Ultraconservadorismo
na Educação



observatório da
alimentação
escolar



Obrigada!

Marcia Saraiva Prudencio

*Comitê Capixaba da Campanha Nacional
pelo Direito à Educação*



CAMPANHA
NACIONAL
PELO
DIREITO À
EDUCAÇÃO

